

CONTRA-RAZÕES AO RECURSO

Processo Licitatório nº 169/2025

Pregão Eletrônico nº 118/2025

Recorrente: Lucimara Moreira

Interessado: Marchetti Comércio de Produtos em Geral LTDA – CNPJ 46.360.122/0001-90

I – SÍNTESE DO RECURSO

A recorrente sustenta, de forma equivocada, que haveria no edital exigência de apresentação de catálogo técnico, ficha técnica ou documento equivalente, alegando que tal obrigação constaria dos itens 19, 27, 32 e 33 do instrumento convocatório. Todavia, tais dispositivos não contêm essa previsão, razão pela qual suas alegações carecem de fundamento fático e jurídico.

II – DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA NO EDITAL

A análise integral do Edital nº 118/2025 confirma que não há qualquer cláusula exigindo catálogo técnico, ficha técnica, manual, folder, memorial descritivo ou qualquer espécie de documento técnico como condição para participação, proposta ou habilitação.

A recorrente tenta, sem amparo legal, criar obrigação inexistente, afrontando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e competitividade.

III – DO QUE O EDITAL EFETIVAMENTE EXIGE

O edital exige somente que a proposta contenha: • A marca do produto ofertado; • Informações suficientes para perfeita identificação do item. Nada além disso. Não há qualquer menção à necessidade de apresentação de catálogos ou documentos complementares.

IV – DA VERIFICAÇÃO TÉCNICA APENAS NO MOMENTO DA ENTREGA

O Termo de Referência (Anexo II) estabelece expressamente que a verificação da conformidade técnica ocorre no recebimento do objeto, após a entrega. Assim, não há exigência de comprovação técnica documental na fase de proposta, mas apenas de entrega do produto em conformidade com as especificações.

V – DA TENTATIVA DE TUMULTUAR O CERTAME

As alegações da recorrente demonstram tentativa clara de tumultuar o regular andamento do certame, buscando criar entraves artificiais e afastar concorrentes por meio de exigências não previstas no edital. Tal conduta viola os princípios da boa-fé, do julgamento objetivo e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

VI – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se: 1. O NÃO PROVIMENTO do recurso apresentado pela recorrente; 2. A manutenção da classificação da empresa recorrida; 3. O reconhecimento de que as alegações da recorrente carecem de respaldo legal e editalício.

Termos em que, Pede deferimento.

Birigui-SP 06/12/2025

Anderson Araujo Marchetti
CPF 341.155.788-58
Socio Proprietário